

# O pessoal é político: reflexões sobre resistências lésbicas entre as montanhas de Minas Gerais durante os anos de 1970-1990

*The personal is political: reflections on lesbian resistance among the mountains of Minas Gerais during the 1970s-1990s*

*Lo personal es político: reflexiones sobre las resistencias lésbicas entre las montañas de Minas Gerais durante los años 1970-1990*

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.40028>

## Janice Aparecida de Souza

Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: [janice.souza@uemg.br](mailto:janice.souza@uemg.br)

## Alessandra Sampaio Chacham

Professora-adjunta nível IV do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: [achacham@pucminas.br](mailto:achacham@pucminas.br)

### RESUMO

Neste artigo, partimos de relatos de vinte e uma lésbicas que viveram sua juventude entre os anos 1970 a 1990 em Belo Horizonte, a fim de refletir sobre suas possíveis contribuições para o avanço dos direitos LGBTQIAPN+, a partir das lentes da teoria feminista pós-estruturalista. Optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando da técnica de entrevista em profundidade para traçar as histórias de vida dessas mulheres, buscando identificar suas diferentes formas de resistência, ao criarem espaços próprios de sociabilidade, ainda que segregados, em busca de amizade, amor, romance e sexo. Concluímos que, embora à margem das lutas dos movimentos sociais, elas deram sua contribuição ao afirmarem a possibilidade de uma existência fora dos padrões heteronormativos, abrindo caminhos para as novas gerações e confirmando a máxima de que “o pessoal é político”.

**Palavras-chave:** lésbicas; gerações; movimentos sociais; militância LGBTQIAPN+.

### ABSTRACT

In this article, we depart from the experiences of twenty-one lesbians who lived their youth between the 1970s and 1990s in Belo Horizonte (Capital of Minas Gerais), in order to reflect on their possible contributions to the advancement of LGBTQIAPN+ rights, through the lens of post-structuralist feminist theory. We opted for a qualitative methodological approach, using the in-depth interview technique to trace these women's life stories, seeking to identify their different forms of resistance when creating their

own spaces of sociability, albeit segregated, in search of friendship, love, romance and sex. We conclude that, although on the sidelines of the struggles of social movements, they made their contribution by affirming the possibility of an existence outside heteronormative standards, opening paths for new generations and confirming the maxim that “the personal is political”.

**Keywords:** lesbians; generations; social movements; LGBTQIAPN+ activism.

### RESUMEN

En este artículo partimos de los relatos de veintiuna lesbianas que vivieron su juventud entre los años 1970 y 1990 en Belo Horizonte, con el fin de reflexionar sobre sus posibles contribuciones al avance de los derechos LGBTQIAPN+, desde la lente de la teoría feminista postestructuralista. Optamos por un enfoque metodológico cualitativo, utilizando la técnica de entrevistas en profundidad para trazar las historias de vida de estas mujeres, buscando identificar sus diferentes formas de resistencia al crear sus propios espacios de sociabilidad, aunque segregados, en busca de amistad, amor, romance y sexo. Concluimos que, aunque al margen de las luchas de los movimientos sociales, han aportado su contribución afirmando la posibilidad de una existencia fuera de las normas heteronormativas, abriendo caminos a las nuevas generaciones y confirmando la máxima de que “lo personal es político”.

**Palabras clave:** lesbianas; generaciones; movimientos sociales; activismo LGBTQIAPN+.



## Introdução

Se eles hoje têm toda essa liberdade de ir e vir, de ter bares abertos – nossos bares eram bares fechados, boates fechadas – [...] ter condição de frequentar e ser respeitados, independente da sua sexualidade, da sua vida, eu acho que tudo começou através da gente, [...]. Então eu acho que a gente abriu portas, e abriu portas para um mundo melhor. Hoje as coisas são mais naturais, são mais respeitadas, e acho que todo mundo vive melhor assim. (Lolita, 66 anos – entrevistada).

Quando pensamos o papel dos movimentos sociais para o alcance dos direitos atualmente disponíveis à população LGBTQIAPN+ no Brasil, nos deparamos com uma longa e complexa história, que conduziu a uma massiva transformação na percepção de grande parte da população sobre os direitos das pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pan/Poli, Não-Binários e mais (LGBTQIAPN+), assim como à sua expansão. Não obstante a relevância do tema, neste artigo, não iremos explorar essa história, mas sim refletir sobre o legado que as gerações anteriores deixaram e que, mesmo fora de movimentos organizados, contribuiu para os recentes avanços alcançados graças às lutas dos movimentos sociais, contribuições por muitas vezes apagadas da “história oficial”. Para isso, iremos trazer reflexões sustentadas pelos dados coletados em nossa pesquisa com 21 mulheres que viveram sua juventude entre os anos 1970 e 1990 na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (MG). Elas frequentaram a restrita cena lésbica e integravam um grupo de amigas conhecido por “Turma do Vila Sésamo”, apelido dado pelas lésbicas mais velhas já *habitués* desses espaços, numa referência ao fato de serem todas muito jovens à época<sup>1</sup>. A partir das lentes da teoria feminista pós-estruturalista, analisamos suas trajetórias e os desafios encontrados pelas jovens lésbicas de outrora, hoje idosas.

A escolha desse grupo de mulheres como objeto da nossa análise se explica por constituírem uma experiência quase única na comunidade lésbica belo-horizontina, tanto pela sua perenidade, afinal, elas permanecem unidas e identificando-se como um grupo há mais de quatro décadas, quanto pela importância que o grupo teve e ainda tem na vida daquelas que o integram, no sentido de ter propiciado um espaço seguro para vivenciarem seus afetos, sexualidade e se identificarem. Ou seja, esse grupo se constituiu como um espaço de resistência e possibilitou a construção de laços de solidariedade entre elas que até hoje se mantêm. Consideramos fundamental registrar essas histórias de resistência e luta, ainda que veladas, e que, aos poucos, vão se perdendo. O fato de a primeira autora deste artigo conhecer as mulheres que integram o grupo há mais de 25 anos facilitou

---

<sup>1</sup> Vila Sésamo era um programa infantil de grande sucesso exibido pela rede Globo nos anos 70.

sobremaneira o acesso a ele, que sempre foi relativamente fechado, até como uma forma de as integrantes se preservarem do intenso preconceito ao qual eram expostas<sup>2</sup>.

Em nossa pesquisa, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa, utilizando da técnica de entrevistas do tipo semiestruturado com um único respondente, a entrevista em profundidade, como explica Bauer e Gaskell (2002), para traçar as histórias de vida de nossas entrevistadas. Aqui recorreremos a Mallimaci e Béliveau (2006), seguindo o entendimento desses autores de que as histórias de vida nos permitem conhecer o social através do indivíduo com base na experiência dele, que não precisa ser uma pessoa em particular ou especial, basta apenas que seja parte da comunidade que é estudada.

Às muitas histórias de vida coletadas, somaram-se as informações obtidas pela frequência em eventos promovidos pelo grupo, pelas informações acessadas nas redes sociais, como Facebook, Instagram e nas intensas trocas acompanhadas nos grupos do aplicativo de mensagens WhatsApp em que se reúnem e as informações registradas no diário de campo que acompanhou a tese de doutorado na qual este artigo tem a sua origem: *Vivências lésbicas na cidade de Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 2000: um retrato falado* (Souza, 2022).

As análises dos resultados foram realizadas pelas lentes do campo feminista pós-estruturalista: Judith Butler (2019), Laura Shepherd (2010; 2013), Maria Stern (2016), Joan Scott (2010). Contudo, entendemos que outras interpretações seriam possíveis, a partir dos mesmos materiais, se outras lentes e recortes fossem usados sobre o mesmo objeto. “O interesse da narrativa reside no fato de que o autor nos conta o que apenas ele pode nos dizer”, cabendo ao pesquisador “construir um objeto que seria, na verdade, apenas um dos objetos possíveis a serem construídos” (Le-Jeune, 2008:51). A perspectiva de entendimento que orienta as análises apresentadas é múltipla, diversa e rechaça abordagens essencialistas, ao acolher a pluralidade de conhecimentos e contradições que constitui os singulares percursos de vida de cada uma das mulheres que participou do estudo.

A possibilidade de uma combinação de metodologias distintas se apresentou como uma boa alternativa para o que havia sido acumulado de forma híbrida — on-line e off-line — em várias frentes e em distintos momentos desde os primeiros contatos com o campo pesquisado no final dos anos 1990. Foi a partir de múltiplos entrecruzamentos dos dados que captamos os elementos que responderiam aos objetivos propostos para o nosso estudo. Dentre eles, queríamos saber como se deram as interações nos espaços frequentados, quais as estratégias utilizadas para viverem suas relações afetivas e sexuais, livres da discriminação e dos preconceitos que sobre elas recaíam, como resistiram e perseveraram diante dos desafios enfrentados em meio às montanhas e aos rigores da

---

<sup>2</sup> A fim de preservar a privacidade das entrevistadas, elas foram identificadas neste artigo por conhecidos nomes de personagens da literatura mundial.

tradicional família mineira em plena ditadura civil-militar (1964-1985). Em suma, queríamos conhecer e registrar suas histórias, vividas em grande parte durante esse turbulento período da história do país, caracterizado por forte repressão política, censura aos meios de comunicação, ataques violentos à oposição e pela supressão de direitos. Lembrando que, durante a ditadura, a liberdade de imprensa, de expressão e manifestações foram severamente reprimidas, muitas pessoas se viram obrigadas a viver na clandestinidade, a pedir asilo político em outros países ou “simplesmente” desapareceram...

A militância pelo reconhecimento de direitos não foi possível para elas no tempo histórico em que viviam, afinal, não se pode minimizar o peso das restrições impostas pela ditadura civil-militar no Brasil, tampouco o do conservadorismo das católicas famílias mineiras nas quais elas têm as suas origens. Mesmo após a redução da pressão após 21 anos de ditadura, com o acesso possível aos arquivos de ações militares de repressão após a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012, as recentes conquistas de alguns direitos e a exposição de jovens casais de lésbicas em tempos atuais, ainda assim, ficaram para as mais velhas as marcas, os temores, os cuidados e os hábitos comuns a quem viveu durante uma ditadura militar e carrega dentro de si o estigma associado às sexualidades dissidentes.

Se significado de cada uma das letras da extensa sopa de letrinhas (Facchini, 2005), é, em tempos presentes, relativamente conhecido, bem como o uso dos termos referentes à orientação sexual e identidade de gênero, incorporados por muitos que se identificam com eles, nem sempre foi assim. Entre as lésbicas mais velhas, por exemplo, frequentemente se identificavam como entendidas, já que a palavra “lésbica” era vista como depreciativa. Ao se nomearem “entendidas”, situavam a orientação sexual sem, entretanto, exporem-se abertamente aos processos de estigmatização e discriminação vividos de forma ainda mais contundente em tempos pretéritos<sup>3</sup>. O panfleto transcrito abaixo nos ajuda a entender a resistência à palavra e também a defesa do seu uso pelas primeiras ativistas:

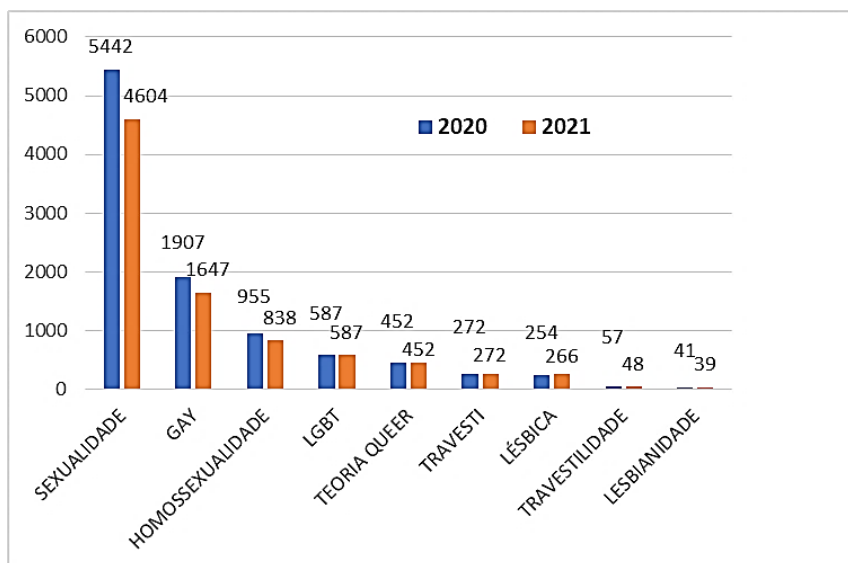
Homossexual. Mas pode me chamar de lésbica. E por que não? Procure em qualquer dicionário e você verá que a palavra lésbica tem, por definição, ‘mulher homossexual’. Alguma ofensa nisso? Nenhuma, mas essa sempre foi usada com o intuito de ferir por uma sociedade heterossexual que não admite que ninguém saia dos padrões que ela considera ‘normais e aceitáveis’. Além de não ser nada ofensivo em si, a palavra lésbica tem uma origem muito bonita, que remonta aos tempos da antiga Grécia, à ilha de Lesbos, onde a poetisa Safo viveu e cantou a beleza do amor entre as mulheres. Se você transportar essa palavra para o seu dia-a-dia, ela vai perder gradualmente essa capacidade de ferir, você está desarmando o inimigo. Esse é justamente um dos trabalhos do ‘LF’, esvaziar a conotação pejorativa, ofensiva, que a palavra lésbica carrega, mostrando que ela não precisa estar necessariamente associada a uma agressão. Grupo de Ação Lésbica-Feminista – Caixa Postal 293-SP (Macrae, 2018:322).

<sup>3</sup> Entendida/o é um termo para designar tanto mulheres quanto homens homossexuais. O termo é dicionarizado, mas não é de uso corrente nas novas gerações. Entre as nossas entrevistadas, era a principal forma de identificação que utilizavam.

Assim, sem abrir em demasia o tema, tampouco ignorando que há muito a ser pesquisado sobre o tratamento dado às sexualidades dissidentes durante aquele período de intensas restrições de liberdades, é sobre o que foi possível às lésbicas entrevistadas, atualmente idosas, que iremos discutir.

Neste artigo, partimos desse universo lesbiano pouco explorado, tema sobre o qual impera a escassez, como nos permite vislumbrar o gráfico a seguir:

**Gráfico 1 – Quantitativo de artigos sobre lesbianidades disponíveis no portal da Capes**



Fonte: GEL – Grupo de Estudos em Lesbianidades da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Se os estudos a respeito de lesbianidades já são restritos, quando buscamos materiais sobre temas mais específicos, a exemplo, lésbicas idosas, são ainda mais escassos, e menos ainda se sabe sobre a militância política das gerações mais velhas fora do eixo Rio-São Paulo. Se hoje a geração de jovens lésbicas conta com a potência dos movimentos sociais e nele muitas se engajam na luta por direitos para a população LGBTQIAPN+, isso não ocorreu com as mulheres mais velhas por nós pesquisadas. A realidade para elas era mais complexa, ambígua, controversa e cheia de interseções que envolveram suas trajetórias, nas mais diversas áreas da vida. A liberdade e os direitos atualmente possíveis à geração das mais jovens convida à cena o universo ainda pouco conhecido das mais velhas, cujas marcas do preconceito e da estigmatização seguem cravadas em suas existências com um grau de naturalização impensado para as assumidas e militantes de hoje.

O indivíduo estigmatizado pode descobrir que se sente inseguro em relação à maneira como os normais o identificarão e o receberão, a noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele (Goffman, 1988:17).

É preciso considerar o atravessamento das restrições impostas pela heteronorma sobre os desviantes do sistema sexo-gênero e seus consequentes impactos sobre a inserção de homossexuais na sociedade, bem como o necessário papel dos movimentos sociais pelo reconhecimento da legitimidade de suas pautas, suas lutas e seus desdobramentos para a formulação de políticas públicas.

Sem perder de vista que o pessoal é político, cabe considerar que a dissidência sexual por si só já é uma forma de resistência à norma. Contudo, para o alcance de direitos, há de se dar visibilidade às demandas. Talvez estejamos avançando, certamente de forma mais lenta que o necessário, para que as pessoas sejam tratadas com a dignidade que merecem. Se hoje as jovens lésbicas conseguem acessar alguns direitos, posicionarem-se de forma mais explícita e se há estrada aberta, esse caminho foi traçado por suas antecessoras.

Tendo apresentado o campo pesquisado, os objetivos da pesquisa e a metodologia empregada, apresentaremos a seguir o cenário social e político do período em que viveram a juventude, os espaços em que circulavam e a emergência do ativismo LGBTQIAPN+. Também discutiremos sobre as performatizações identitárias possíveis e como elas alicerçaram resistências em tempos de intensas restrições de liberdades e, por fim, nossas considerações, na expectativa que possam iluminar outras possibilidades de pesquisas e reflexões.

### **O cenário sócio-político do período: espaços e ativismos possíveis**

A existência de espaços antes destinados ao público homossexual feminino era restrita na capital mineira entre os anos 70 e 90. Destacamos aqui tanto a coragem das pioneiras proprietárias dos bares e boates destinados ao público lésbico na cidade quanto a coragem de suas frequentadoras, muitas ficavam do outro lado da rua esperando o momento certo para entrarem sem serem vistas. Como eram poucos os espaços disponíveis, as lésbicas que entrevistamos acabaram criando seus espaços privados, sobre eles, Jane Eyre nos conta um pouco:

[...] outra prática muito comum era a gente alugar um sítio, por exemplo. Às vezes, a gente fazia até um aluguel permanente, assim, tipo um ano, como se fosse um clubinho, e era um clubinho mesmo, às vezes, a gente compartilhava aquilo ali com cinquenta pessoas [...] cotizava as despesas mensais e a gente fazia o esquema, quem vai nesse fim de semana, sorteava quem ia poder dormir, etc. A gente dividia as tarefas, quem cuidava do quê, às vezes, tinha piscina, tinha quem cuidava da piscina, tinha quem cuidava das compras, normalmente bebida, cada um levava a sua. E ali a gente fazia festas, a gente fazia *réveillon*, e era um clubinho mesmo, *privé*, com tudo que a gente tinha direito. Fazia muito churrasco, muita bebedeira, muita cerveja. Às vezes, já alugamos sítios que tinham quadras, ou campo de futebol, a gente jogava, porque a maior parte era ligada a esporte (Jane Eyre, 65 anos).

Em tempos atuais, os espaços que se apresentam como destinados ao público LGBTQIAPN+ recebem perfis variados. Se entre as jovens lésbicas isso é comum, para as mais velhas é inibidor. Embora as mais maduras lamentem, é importante considerar que não precisar mais se refugiar em guetos representa significativo avanço. Soma-se a isso a recente propagação dos aplicativos de relacionamento, outro território que se apresenta como alternativa para se conhecer pessoas e com elas se relacionar. Se o seu uso já estava consolidado, eles se expandiram, também de forma viral, em tempos de pandemia de COVID-19, principalmente entre os anos 2020 e 2022. Porém, entre as entrevistadas solteiras, não apareceu nenhuma que fosse adepta a eles, questão que se relaciona com a geração à qual pertencem. Apenas Jane Eyre (65 anos), que sempre trabalhou na área de tecnologia, disse ter frequentado as salas de bate-papo do Uol, alternativa do final dos anos 1990, que antecedeu os atuais aplicativos de relacionamento, o Uol oferecia, inclusive, salas específicas para lésbicas.

Para mulheres mais velhas que gostavam de mulheres, os guetos foram necessários para a vivência de suas experiências homoafetivas em um tempo no qual assuntos vinculados às demandas da população LGBTQIAPN+ ainda não compunham as pautas políticas de forma explícita como em tempos atuais. A maioria dos lugares que elas frequentaram, sejam os públicos ou os privados, que construíram para si, foram alternativas tanto para possibilidades de amizade e namoro quanto para se protegerem de constrangimentos, humilhações e ofensas

É visível que hoje, em muitos contextos, as jovens se sintam mais à vontade com a própria orientação sexual, tendo em vista o alargamento das normas sociais a partir do reconhecimento das uniões estáveis por pessoas do mesmo sexo (Brasil, 2011), ou da conversão daquele status em casamento civil (Brasil, 2013). Ou, ainda, devido ao significativo avanço advindo das políticas públicas, como são exemplos a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2001 (Brasil, 2018), o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (Brasil, 1996), o Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2006), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Brasil, 2009), dentre outros. Quanto ao legado das ações que já foram empreendidas e dos retrocessos vividos pós-eleições presidenciais no Brasil no período 2018-2022, serão necessárias outras pesquisas a respeito.

Curioso notar que nenhuma entrevistada apresentou em sua fala o casamento entre pessoas do mesmo sexo como alternativa para as inúmeras injustiças vivenciadas por viúvas e viúvos de relações homoafetivas no momento da partilha dos bens, diante da família da/o falecida/o. Aparentemente, não era algo que ambicionavam ou mesmo que estivesse no horizonte delas como uma possibilidade, não chegando a aparecer nem mesmo como um desejo.

Sem perder de vista que a homoconjugalidade represente uma assimilação das normas postas, é preciso considerar alguma relevância no longo caminho já percorrido e que ainda há para ser percorrido pela população LGBTQIAPN+ no campo da legitimidade de suas existências, direitos e desejos. Afinal, “os processos de identificação e as políticas de reconhecimento são uma necessidade e urge a construção de múltiplos modelos” (Auad; Lahni, 2013:157).

As lutas atuais em torno da sexualidade tomaram o palco em um momento de imensa fluidez de gênero em meio à juventude e entre movimentos queer e feministas em expansão. É também uma época de vitórias legais significativas, incluindo a igualdade de gênero formal, os direitos LGBTQ+ e o casamento igualitário — todos entronizados na lei em uma lista crescente de países mundo afora. Essas vitórias são fruto de batalhas acirradas, ao mesmo tempo que refletem importantes mudanças sociais e culturais associadas ao neoliberalismo. Ainda assim, são inerentemente frágeis e constantemente ameaçadas. Novos direitos legais não impedem a agressão contra pessoas LGBTQ+, que continuam a vivenciar a violência de gênero e sexual, a falta de reconhecimento simbólico e a discriminação social (Arruzza *et al.*, 2019:70).

Ainda que a implementação de políticas públicas por si só seja insuficiente para mudar as estruturas de dominação, elas são importantes por permitirem às pessoas prejudicadas pelas práticas discriminatórias, pelo menos, recorrer à Justiça. Todavia, enquanto perdurarem discriminações legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, como diz Saffioti (1987), os próprios agentes da justiça tenderão a interpretar as ocorrências que devem julgar à luz do sistema justificador do presente estado de coisas.

Se as reivindicações de direitos, vinculados à orientação sexual, foram pauta comum entre lésbicas militantes feministas, entre as entrevistadas para a nossa pesquisa, apenas algumas referências esparsas foram feitas sobre amigas lésbicas vinculadas a discussões estritamente políticas que aconteciam nos Diretórios Acadêmicos (DA) da UFMG. Se o movimento lésbico-feminista carrega desde sempre a pauta da promoção da visibilidade lésbica, tal desejo não se manifestou entre as entrevistadas.

Diferentemente das mineiras, as paulistas criaram, em maio de 1979, o grupo Lésbico Feminista (LF), primeira organização lésbica do Brasil, responsável pela publicação do *Chanacomchana*, primeira publicação ativista lésbica do Brasil, com doze edições entre 1981 e 1987<sup>4</sup>. Foi também na capital paulista que aconteceu o “Stonewall brasileiro”, um levante ocorrido no Ferro’s Bar, em 19 de agosto de 1983, após a proibição da venda do *Chanacomchana* naquele bar<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> O LF se apresentou com vários nomes: 1) Núcleo de Ação Lésbico-feminista; 2) Subgrupo Lésbico-feminista; 3) Ação Lésbico-feminista; 4) Facção Lésbico-feminista; 5) Grupo Lésbico-feminista; 6) Grupo de Atuação Lésbico-feminista; 7) Ação Lésbica-feminista; 8) Grupo Ação Lésbico-Feminista; 9) Grupo de Ação Lésbica Feminista. (Memórias..., 2019).

<sup>5</sup> “Conheça o ‘Stonewall’ brasileiro, levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas (Partido dos Trabalhadores, 2020). Mais recentemente, foi produzido pelo Cine Sapatão (2022) o documentário FERRO’S BAR, de Aline A. Assis, Fernanda Elias, Nayla Guerra e Rita Quadros.



A cidade paulista merece destaque também pelo planejamento do 1º Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO) e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), ambos acontecidos em sequência na capital paulista entre 4 e 6 de abril de 1980 (Morando Queiroz, 2019: 71). Ainda que a participação majoritária tenha sido de gays, o LF esteve presente pautando discussões sobre as lésbicas, o machismo e o feminismo (Torres, 2021).

Também na cidade do Rio de Janeiro, encontramos um cenário que se distingue sobremaneira do encontrado entre as montanhas mineiras<sup>6</sup>. A vanguardista cidade carioca contou, no final dos anos 1970, com o jornal *Lampião da Esquina*, primeiro jornal gay de cunho político-ideológico em circulação nacional no Brasil. De acordo com MacRae (2018:142-143), o jornal nasceu “com a mesma seriedade de propósitos oposicionistas dos demais, mostrou-se mais questionador da moral vigente, voltando-se para o público homossexual, considerado até então frívolo, apolítico, quando não doente ou decadente”. Na edição número 0 do jornal, Aguinaldo Silva explicou que a ausência de mulheres em *Lampião* não se deu por culpa do seu Conselho Editorial. Os convites feitos foram todos recusados. E acrescentou que uma das questões que o jornal pretendia levantar era a do feminismo, tema ao qual as mulheres homossexuais não podiam se furtar (*Lampião da Esquina*, 1978a:5).

Patrícia Lessa (2007), em sua tese de doutoramento, apresenta um levantamento dos movimentos de lésbicas ocorridos no Brasil entre 1979 e 2006. Ao focalizar e analisar as diferentes perspectivas teórico-políticas em diferentes regiões do Brasil no que se refere à construção dos movimentos sociais lesbianos, Lessa (2021) destaca o Grupo Ação Lésbica Feminista – GALF/SP e o grupo Iamuricumá/RJ no final dos anos 1970 no eixo Rio de Janeiro (RJ) – São Paulo (SP), cidades nas quais apareceram os primeiros boletins e jornais voltados para o público lesbiliano: o *Chanacomchana* (SP) e *Iamuricumá* (RJ). Já no final dos anos 1980, o boletim *Um Outro Olhar* (SP), lançado também pelo GALF, evidencia o protagonismo das duas capitais. Em relação a Minas Gerais, encontramos uma curta citação sobre uma parada organizada por lésbicas em Belo Horizonte (BH) em 2001, nada mais.

Retrocedendo o olhar para o Brasil durante o regime militar, há de se levar em conta que para as notícias chegarem à capital mineira era preciso romper as montanhas que circundam o estado e furar o cerco do Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão responsável pelo controle das informações que podiam circular no período.

Segundo Morando Queiroz (2019), Belo Horizonte sediou, em 1972, no Colégio Estadual Central, o I Simpósio de Debates sobre o Homossexualismo. Contudo, nenhuma das 21 mulheres

---

<sup>6</sup> Segundo o pesquisador Luiz Morando, em informação oral, na mesma época do *Lampião da Esquina* e do *Chanacomchana*, não havia nada do gênero em Minas Gerais. O jornal *Expressão GLS* (apenas um número) foi a primeira publicação, em novembro de 1997. Em seguida, existiram as revistas *Meeting* (apenas um número), *Ego BH* (doze números), *Young Bee* (apenas um número), e os jornais *Jornal Rainbow* e *Informativo Libertos*.

entrevistadas participou ou sequer teve conhecimento do referido simpósio. A pouca participação na militância LGBTQIAPN+ ou feminista pode ser um reflexo do baixo envolvimento com a militância política nas décadas de 1970 e 1980, que caracterizou nosso grupo de entrevistadas. Algumas primeiras lideranças dos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, fundadores/as dos primeiros grupos e Organizações Não-Governamentais (ONGs), tiveram sua primeira experiência de militância na esquerda, sendo que muitas foram exiladas ou se mudaram voluntariamente para países da Europa ou para os Estados Unidos da América do Norte, momento no qual muitas tiveram contato com as lutas feministas, antirracistas e pelos direitos dos homossexuais, que, em certo sentido, eram até malvistas por parte da esquerda no Brasil (Green, 2019).

De acordo com Prado (2016), somente entre as décadas de 1980 e 1990, quando estávamos saindo do momento de repressão ditatorial brasileira, emergiram as primeiras candidaturas de gays e lésbicas a vários níveis de representação política. Foi a partir de então que as discussões sobre visibilidade, políticas públicas e direitos legais da população LGBTQIAPN+ começaram a sinalizar algum potencial político de democratização da participação, da visibilidade e do direito desse excluído grupo social.

### **Identities possíveis em anos de chumbo**

Embora o termo “anos de chumbo” refira-se mais especificamente ao período que vai de 1968 a 1974, auge da ditadura civil-militar brasileira, neste artigo, estendemos seu entendimento e seus efeitos para todo o período que abarca o regime que se instaurou a partir do golpe de 1964. Afinal, os efeitos da repressão instalada se estenderam muito além do seu auge.

As mulheres que focalizamos neste artigo vivenciaram juntas “as dores e as delícias” de serem quem são, sob o impacto de vinte e um anos de ditadura, na cidade de Belo Horizonte, cercadas pelas montanhas, pelos olhares, julgamentos e rigores da tradicional família mineira, contudo, fortalecidas por esses vínculos de convivência e amizade que remontam à juventude. Essas mineiras, todas de famílias católicas, ainda que passassem ao largo das discussões que vinham sendo feitas no âmbito do movimento feminista e do movimento lésbico mais ainda, diferentemente de muitas cariocas e paulistas, foram capazes de juntas, constituir uma rede de apoio e espaços de convivências que permitissem a expressão de seus afetos e sexualidade em um período de intensa repressão a comportamentos potencialmente “subversivos” e em um contexto social ainda extremamente preconceituoso.

O trecho transcrito na epígrafe deste artigo, relato de uma das nossas entrevistadas, nos dá uma dimensão da humilhação, do desconforto, do constrangimento e dos riscos de uma exposição a que sempre estiveram submetidas, o que acabou por conduzi-las à busca de uma certa invisibilidade

e a serem sempre “discretas”. Uma outra entrevistada, Bovary (60 anos), declarou que a necessidade de “passar batido” se relacionava com o preconceito que elas viveram, pois ficavam com medo de se expressarem. Nas palavras de outra entrevistada, Capitu (65 anos), expor-se sendo diferente “te coloca em uma vitrine para os outros atirarem pedra”.

As lésbicas idosas de hoje viveram parte significativa de suas juventudes em um regime ditatorial. Exemplo das limitações impostas no período pode ser encontrado na ‘Operação Sapatão’, realizada em 15 de novembro de 1980, sob o comando do então delegado José Wilson Richetti, conhecido em São Paulo por comandar rondas de policiais que agiam violentamente contra os/as homossexuais. Dentre as várias operações e batidas frequentes que os bares e boates destinados ao público homossexual recebiam, essa teve como foco os bares frequentados pelas lésbicas na cidade de São Paulo. Foram invadidos o Ferro’s, Último Tango, Canapé e Cachação, todos na Rua Martinho Prado (Luana Oliveira, 2017:6).

No fim, todo mundo teve que pagar. Quanto tivesse. A moça não viu ninguém sendo fichado, mas a polícia ficou com os nomes e os números de todas. Um mês depois da operação, o ambiente na Rua Martinho Prado era desalentador. Bares e boates vazias. Até na rua, pouca circulação. Sinal de que daqui pra frente as lésbicas não teriam sossego nem nos poucos bares ‘em que são confinadas’ (Rita Colaço, 2009).

Uma das entrevistadas, Jane Eyre (65 anos), passou por uma situação parecida ao ser flagrada com a namorada dentro do carro, próximo ao Mineirão<sup>7</sup>, um local relativamente discreto, e por isso, procurado por casais. Para se livrarem das ameaças de prisão, ambas tiveram que entregar todo o dinheiro que tinham nas carteiras.

Embora o confinamento em guetos e o medo da repressão possam ter sido experiências comuns às lésbicas que viveram dramas semelhantes no mesmo período, nas mais diversas regiões do Brasil, essas reservadas mineiras que viviam na então pacata cidade de Belo Horizonte reagiram evitando envolvimento político e exposições. Os dados coletados nas entrevistas nos permitiram conhecer algumas estratégias adotadas para resistirem e perseverarem sobre os desafios enfrentados para a vivência de seus afetos. A ocupação dos espaços disponíveis e a criação de outros mais reservados foram fundamentais para a sociabilidade dessas mulheres. Os encontros aconteciam nas poucas boates disponíveis que, ao contrário dos bares, protegiam da exposição que desejavam evitar, ou nas casas ou sítios que alugavam em locais próximos à capital mineira.

Em que pesem as diferenças sucintamente apontadas entre as três capitais – Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro – as interações sociais promovidas pelos homossexuais, independentemente de onde tenham ocorrido, merecem nossa atenção, principalmente se considerarmos o período em foco. Mesmo que nenhuma entrevistada tenha se proclamado feminista, há indícios da prática. Entre aquelas que se irmanaram nos guetos, constata-se a

<sup>7</sup> Estádio de futebol governador Magalhães Pinto, localizado na região da Pampulha, em Belo Horizonte.

manutenção dos laços de amizade construídos na juventude, eles foram se consolidando em potentes relações de solidariedade que se desdobraram em uma rede de apoio entre elas na velhice. Afinal, os feminismos abarcam solidariedades, sororidades e afetos. Alinhamo-nos a Margareth Rago (2021:28), para quem os feminismos

[...] não se restringem aos movimentos organizados que se autodenominam feministas, mas [...] se referem a práticas sociais, culturais, políticas e linguísticas, que atuam no sentido de libertar as mulheres de uma cultura misógina e da imposição de um modo de ser ditado pela lógica masculina nos marcos da heterossexualidade compulsória.

E não podemos desconsiderar, nos movimentos feministas, como bell hooks (2018:102) observa, que “as lésbicas sempre tiveram que desafiar e confrontar” a homofobia. Ela ainda pondera que esses obstáculos se assemelham “ao enfrentamento de todas as mulheres não brancas, independentemente de sua identidade sexual, na luta constante em se confrontarem com o racismo” (hooks, 2018:102). Decerto, afirma bell hooks (2018:104), contestar “a homofobia sempre será uma das dimensões do movimento feminista”. Não se reconhece a complexidade da sororidade sustentável entre as mulheres “enquanto lésbicas forem desrespeitadas por mulheres heterossexuais e subordinadas a elas” (hooks, 2018:106). Para a autora, todos os legados devem ser continuamente reconhecidos e valorizados (hooks, 2018).

Estudiosas como Silvia Federici (2019) sinalizam a emergência de um feminismo-marxista apontando caminhos para um futuro que precisa ser coletivo: “tornar comuns os meios materiais de reprodução da vida é primário na criação de interesses coletivos e laços comunitários, [...] frente de resistência [...] e condição para a construção de espaços autônomos que minem os grilhões do capitalismo em nossas vidas” (Federici, 2019:387). Nesse sentido, consideramos a participação dos contemporâneos movimentos sociais como potentes espaços para reflexão, inclusão e luta para mudança de realidades de grupos sociais historicamente excluídos, como é o caso das lésbicas.

Como possibilidade para iluminar caminhos que nos ajudam a refletir sobre o que está posto, duas tendências se apresentam como fortes alternativas: o feminismo decolonial e a crítica a um feminismo de acento individualista e neoliberal, expresso pelo manifesto *Feminismo para os 99%*, obra escrita a seis mãos por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (Hollanda, 2020:12). A obra antineoliberal é também anticapitalista. Nas palavras de Talíria Petrone (2019:4), é, além de um manifesto, “uma provocação, um chamado à luta feminista anticapitalista, ecossocialista, antirracista, internacionalista”.

A atual crise do capitalismo é especialmente severa. Quatro décadas de neoliberalismo derrubaram os salários, enfraqueceram os direitos trabalhistas, devastaram o meio ambiente e usurparam as energias disponíveis para sustentar famílias e comunidades – tudo isso enquanto os tentáculos do sistema financeiro se espalhavam pelo tecido social (Arruzza *et al.*, 2019:46).

De acordo com Lenise Borges (2014:286), “o debate é, indiscutivelmente, político, [...] já que qualquer projeto feminista de emancipação passa, necessariamente, por uma análise teórica e histórica sobre o poder, além, é claro, das dimensões éticas e políticas envolvidas nos processos de transformação social”.

Ouvir mulheres que romperam com identidades heterodominantes e buscaram entre outras mulheres suas parceiras sexuais deixou evidente a abjeção que incidia sobre elas. Capitu (65 anos) nos dá uma dimensão disso: “éramos tratadas como doentes e pervertidas, párias da sociedade. Um horror! A sociedade hipócrita sempre nos tratou com nojo e desrespeito”.

Aqui cabe considerar que o olhar do outro é um componente básico para a construção da identidade cujo invólucro é o corpo e suas evidências. Corpo que é território ocupado, generificado, racializado, sexualizado e de luta, luta que acontece em trincheiras possíveis a determinadas pessoas em seus respectivos tempos históricos. É também nos corpos que, por vezes, ficam as marcas e as cicatrizes do que foi sofrido por cada uma. Stubs, Teixeira-Filho e Lessa (2018) chamam a nossa atenção para as “formas e modos possíveis de relações ético-políticas que podemos estabelecer com nossos corpos”:

Para além das designações discursivas hetero-euro-andro centradas, podemos também nos relacionar com eles como fontes de resistências ao poder, às desigualdades, valorizando mais as inorganicidades, as aformidades, as sensações, as experiências, do que as representações capitalísticas territorializantes que capturam e encerram nossos corpos em carapuças identitárias (Stubs, Teixeira-Filho, Lessa, 2018:2).

Se as identidades são fluidas, as massas densas dos corpos as acolhem. As experiências vividas na carne e introjetadas na alma por lésbicas que viveram em outros tempos impõem limites tanto para a própria exposição quanto para a aceitação de casais assumidamente homossexuais, cena que a maioria das entrevistadas repudia. Tais experiências encontraram na invisibilidade segurança para suas existências. De acordo com Goffman (1988:43), a questão que se coloca é a de que “em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são”. Assim, o que se diz sobre a identidade social de uma pessoa assume grande importância para ela.

Em um evento social, o grupo de mulheres que pesquisamos no doutorado e que são, também neste artigo, objeto de nossa reflexão, uma lésbica na faixa etária dos 70 anos proferiu, repetidas vezes, a seguinte frase: “Você acha que o meu pai, que está com 91 anos, tem obrigação de ver uma cena dessas?” – referindo-se a um casal de jovens rapazes namorando em uma mesa próxima à nossa, na varanda do conhecido e liberal Edifício Archangelo Maletta, no centro de Belo Horizonte. Tentei argumentar, mas foi impossível. Ela estava convicta do absurdo da cena: embora referindo-se ao pai, expunha sentimentos que eram seus e comuns à maioria das lésbicas da mesma geração.

Chega a ser compreensível que muitas se sintam desconfortáveis diante da exposição em espaços públicos. De acordo com Wittig (2022:65), existe somente um inconsciente: ele é heterossexual e nega a dominação. Para a autora, é um inconsciente “que zela com consciência demais pelos interesses dos senhores em que habita para que eles sejam destituídos tão facilmente de seus conceitos”.

Mudanças recentes, como a saída da população LGBTQIAPN+ do armário, aliadas ao empoderamento da geração de lésbicas mais jovens, não encorajam as mais velhas à exposição, ponto comum entre elas. Dentro do armário, elas se protegiam de situações embaraçosas. Ele funcionou como um dispositivo para a invisibilidade e permitiu alguma proteção da sociedade que estigmatiza e rotula, que prefere não as enxergar, principalmente, como cidadãs detentoras de direitos. Afinal, estamos diante de uma geração cujo tema da sexualidade já era difícil dentro do padrão; em rotas desviantes, são ainda mais. Para além da geração da qual se faça parte, romper com o modelo de sexualidade hegemônica desaguará, fatalmente, na desvalorização da pessoa aos olhos de parcela muito expressiva da sociedade, desvalorização que pode se manifestar nos diversos setores da vida.

Se novos ares oxigenam a existência de jovens lésbicas, que ganharam visibilidade e, entre os recentes direitos, adquiriram o de constituir legalmente uma família; sobre as mais velhas ainda pesam, de forma mais evidente sobre seus corpos e modos de se expressarem, as marcas indeléveis do estigma. Contudo, se temos de um lado a possibilidade da vivência do homoerotismo de forma relativamente mais aberta, a vida continua cercada e imersa por instituições que mantêm a dominação heterossexual (Seidman, 2004:6). Nesse contexto, “a interpelação das epistemologias heteronormativas e coloniais entram como agenda feminista prioritária” (Hollanda, 2020:12).

O lugar marginal ocupado pelas mulheres ao longo da história da humanidade e principalmente pelas mulheres que mantinham relações sexuais com outras mulheres nos coloca diante da perspectiva apontada por Simmel (1983:165), para quem as interações sociais “surgem com base em certos impulsos ou em função de certos propósitos”. O que nos permite inferir que os vínculos construídos pelas lésbicas mais velhas se ancoraram principalmente na necessidade de conhecerem outras lésbicas, com elas se relacionarem, se preservarem e se protegerem das violências físicas e simbólicas às quais estavam expostas. Os guetos e a invisibilidade se apresentaram como possibilidades de proteção e resistência à heterossexualidade compulsória, vista como única forma legítima de se relacionar. Há de se considerar, ainda, que o seio familiar, primeiro núcleo de acolhimento e afeto ao qual estamos expostas, na maioria das vezes, não acolhia a orientação sexual de suas filhas lésbicas.

Cabe aqui uma ponderação entre agência e resistência. Lorena Mochel (2020:127) chama a atenção para o fato de “estarmos sempre buscando resistências a uma suposta dominação masculina

quando a agência feminina sobre os corpos e sexualidades, nem sempre foi resistência”. Com as devidas ressalvas para não “obliterar a resistência nos casos em que ela de fato existe”, a autora chama a atenção para a necessidade de que “os feminismos contemporâneos possam se dar conta de que a linguagem da vitimização que passa pela ideia de liberdade salvacionista já é, por si só, um projeto de dominação que ameaça a existência de outros sujeitos do feminismo”. Saba Mahmood (2019), em seus estudos sobre o Oriente Médio, chama a atenção não para a resistência às normas, mas para as múltiplas formas em que elas são incorporadas. Nesse campo heteronormativo, Navarro-Swain (2004:13) traz questionamentos importantes sobre o subterrâneo universo das lésbicas. “Onde escondem-se e esconderam-se as lésbicas? Em que nicho de obscuridade e silêncio se pode encontrá-las? Não se fala delas por que não existiram? Ou sua existência representa a desestabilização e o caos na ordem ‘natural’ da heterossexualidade dominada pelo masculino?”

Monique Wittig (2022) aponta caminhos para as questões levantadas ao estabelecer profícuo diálogo com a célebre afirmativa de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para a autora, lésbica é o único conceito que escapa às categorias de sexo (mulher e homem) porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, seja econômica, política ou ideologicamente, é a relação social específica a um homem que faz da mulher uma mulher. Wittig (2022) ainda argumenta que a servidão – uma relação da qual as lésbicas escapam quando se recusam a se tornarem ou permanecerem heterossexuais – implica obrigações sociais, físicas e econômicas (“residência forçada”, trabalho doméstico, deveres conjugais, ilimitada produção de filhos, etc.).

Wittig (2022) é categórica quanto à necessidade da destruição da classe de mulheres, o que só pode ser conseguido pela destruição da heterossexualidade como um sistema social baseado na opressão das mulheres pelos homens e que produz a doutrina da diferença entre sexos para justificar a opressão. Ainda de acordo com a autora, é a heterossexualidade que exige o alinhamento de gênero. Para essa vanguardista pensadora, a categoria mulher “só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais” (Wittig, 2022:67).

Preciado (2019), retomando a declaração de Wittig (2022) – “as lésbicas não são mulheres” – chama a atenção para o recurso que “permite opor-se à desidentificação, à exclusão da identidade lésbica como condição de possibilidade de formação do sujeito político do feminismo moderno” são “identificações estratégicas”. “As identificações negativas como ‘sapatas’ ou ‘bichas’ são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à ‘universalização’ (Preciado, 2019:425). Nesse sentido, os movimentos sociais ocupam lugar central na luta pelo reconhecimento dos direitos à população LGBTQIAPN+.

Apesar da reprodução dos modelos feminino x masculino na formação de casais entre as lésbicas atualmente idosas, a desidentificação com o mundo heteronormado apareceu com

frequência. Capitu (65 anos) afirma ter nascido assim, com atração por meninas da idade dela: “só não demonstrava porque achava que no mundo só eu sentia aquilo” – percepção comum à maioria delas, realidade muito distante das hoje assumidas e empoderadas.

Silvia Aguião (2008), ao analisar categorias destinadas a tipificar a orientação homossexual feminina, em pesquisa realizada em um bairro do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, constatou que as “categorias identitárias apareceram atreladas a formas específicas de se comportar, de se vestir e se relacionar, articuladas (em maior ou menor grau) a características consideradas masculinas ou femininas”; e mais, que “os sujeitos” se constroem de acordo com o que desejam atrair para si, ou de acordo com o outro, do qual quer ser objeto de desejo (Aguião, 2008:297). As asserções da autora em sua pesquisa *Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!* (2008) revelam o mesmo encontrado entre as mulheres pesquisadas em Belo Horizonte. A frase de Karenina (63 anos) sintetiza a impressão de muitas. Ela diz que elas eram “normais, com características comuns. Só algumas mulheres que andavam parecendo um rapazinho”.

Ao ouvirmos e analisarmos as histórias de vida compartilhadas nas entrevistas, ficou evidente a distância por elas mantidas de pautas na direção da afirmação da identidade. Percebemos reserva nas exposições, como apontado por Heilborn (1996). Há um evidente regramento de gestos e emoções. A demonstração de afeto entre casais só fica evidente nos espaços ou reuniões privadas; publicamente, elas “continuam no armário”. Para Seidman (2004:58-59), “o armário” agrega ironicamente uma autoconsciência que fixa a atenção precisamente no que é prescrito, tornando a identidade um elemento central do *self*, uma vez que, na vida cotidiana, permanece a centralidade de atitudes que evitem suspeitas quanto à orientação sexual. Caubi (67 anos) sintetiza como se comportavam e se comportam: “na nossa turma, as pessoas sempre foram muito discretas, nunca foram de ficar agarrando em público, beijando em público. Era um perfil mais conservador, de quem não gostava de se exhibir”. A maioria das mulheres entrevistadas se mostrou pouco à vontade com a visibilidade assumida pelas jovens lésbicas, como exposto no trecho que segue abaixo:

Elas entram nos bares e estão querendo se beijar. E tem pessoas que não aceitam. Eu não sei se elas vão ter esse respeito que nós tivemos na época, não é por aí, mas fazer o quê? Cada um tem de se respeitar. Respeito pelo ser humano, pelo outro. Você se colocar no lugar do outro, acho que você tem de fazer isso (Nastasya, 64 anos).

Ignora-se que “se colocar no lugar do outro” deveria ter como contrapartida que o outro se coloque “no lugar do um”. Nastasya tem esse posicionamento em comum com as entrevistadas, acha ofensivo ou desrespeitoso se assumir lésbica: “Eu não me abro pra qualquer pessoa, mas eu não me escondo mais”. O texto é controverso: vem de uma pessoa que não assume a homossexualidade e que critica a postura das que o fazem. É como se a orientação sexual delas tivesse se acomodado dentro, um sentimento íntimo, um descanso, uma aceitação, como se estivessem conformadas. Não há questionamentos quanto à legitimidade de seus desejos e direitos.



Ao trabalharmos com um tema clássico e caro aos estudos sobre dissidências sexuais femininas: “a invisibilidade lésbica”, nos deparamos com a ausência de luta e militância explícitas pelo reconhecimento de direitos entre as mulheres que viveram a cena lésbica na cidade de Belo Horizonte entre os anos 1970 e 1990. Chance há de que as histórias das mulheres que deram as caras na pesquisa abarquem em si representações de um universo muito maior de mulheres que mantiveram relações sexuais com outras mulheres e travaram, à maneira delas, lutas semelhantes nas mais diversas regiões do Brasil. De forma geral, poucos são os espaços pelos quais as mais velhas transitam sem filtros. Têm dificuldade e muitas críticas quanto à exposição pública e comum em tempos presentes de jovens casais de lésbicas; para algumas, tal exposição é desrespeitosa, e o sentimento entre elas é de aversão à cena.

No que se refere às suas vivências pessoais, mostraram-se arredias, fechadas e alheias ao valor de seus relatos e vivências. Persistimos, elas eram guardiãs de histórias que ainda estavam por serem contadas e registradas, o tempo impondo seus limites...

Conseguir nos aproximar de suas histórias de vida demandou, além de uma potente *network*, persistência e perseverança, um verdadeiro processo de convencimento.

Pesquisador[a] e sujeito[a] ao iniciarem esse processo aceitam um convite de compartilharem uma nova experiência, quando o[a] pesquisador[a] deve repensar constantemente os lugares estabelecidos. A história de vida ressalta a abertura ao[à] sujeito[a] que narra e para isso esse encontro necessitará de interação e afeto (Nogueira *et al.*, 2017:483).

Mesmo que as mulheres ouvidas tenham evitado se expor quando jovens e ainda hoje evitem, várias reconhecem a necessidade das pautas identitárias para o alcance de direitos, pelo menos até que questões que alicerçam desigualdades sejam superadas, como aconteceu com aquelas que perdiam a virgindade, as desquitadas e divorciadas que foram tratadas como párias sociais. Para Bovary (60 anos), “hoje as pessoas estão mais conscientes, as coisas estão mais abertas e você tem acesso à informação”, para Capitu (65 anos), “avancamos muito, mas ainda estamos longe do ideal”.

## **Considerações Finais**

Neste artigo, exploramos as histórias de vida de um grupo de lésbicas que viveu suas juventudes entre as montanhas que circundam a cidade de Belo Horizonte com o fito de conhecer algum legado que as gerações anteriores deixaram que pudesse se relacionar com os recentes avanços alcançados graças às contemporâneas lutas dos movimentos sociais.

Embora as pautas para as lutas das mulheres nunca tenham faltado, as condições e as motivações para a luta, sejam elas internas ou externas, nem sempre nos encorajaram. Se em tempos

pretéritos, faltou militância explícita, ainda assim, as lésbicas atualmente idosas deixaram seu legado. Ao se aglutinarem em guetos e transitarem com seus corpos, ocupando espaços sociais, familiares e profissionais, deram a sua contribuição, afinal, o pessoal é e sempre foi, político.

Muitas jovens lésbicas não buscam mais manter um verniz de mulher heterossexual nem precisam ocultar comportamentos não condizentes com o que é esperado em um mundo heteronormado. Já as mais velhas se tornaram reféns do ocultamento que viveram e das marcas por ele deixadas. Contudo, com suas existências, resistiram aos modelos impostos, às expectativas familiares, colocaram na pauta novas perspectivas de entendimento e demandas políticas, sociais, relacionais, afetivas e existenciais.

Em síntese, podemos dizer que a pesquisa que empreendemos evidenciou uma produção acadêmica sobre lesbianidades femininas ainda escassa no Brasil, sobre o universo de idosas dissidentes do sistema sexo-gênero ainda mais. É preciso recuperar suas histórias e, por meio delas, identificar resistências e modos de viver invisibilizados, em geral, por uma ciência que privilegia e canoniza a produção de conhecimentos feitos por homens brancos e heterossexuais cujas raízes remontam ao processo colonizador ao qual fomos submetidas.

Faz-se necessário considerar que, ao viverem à revelia da heteronorma, contribuíram para o reconhecimento de vários direitos acessíveis atualmente e como fonte de inspiração para o empoderamento da geração mais nova que, militando ou se expondo, de forma física ou pelas redes virtuais, tem buscado tornar a cena de duas mulheres trocando afeto em público, no mínimo, digna de respeito. Há muito a ser perscrutado sobre outras possíveis contribuições invisibilizadas que contribuíram para conferir dignidade a existências que não se enquadraram na heteronorma.

Não há tempo a perder, se pensarmos nas gerações mais antigas, o tempo urge, afinal aquelas que ainda poderão dar a sua contribuição para a escrita das histórias que ficaram por serem contadas estão “partindo” e as levando consigo...

## Referências

- AGUIÃO, Silvia (2008), “Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão! Homossexualidades femininas em um espaço de lazer do subúrbio carioca”. *Revista Gênero*, v. 9, n. 1, pp. 293-310.
- AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina (2013), “Cidadania democrática e homossexualidades: comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas”. *Emblemas*, v. 10, n. 2, pp. 147-166.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy (2019), *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (2002), *Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Brasil (1996), Decreto nº 1904, de 13 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília, Distrito Federal, Presidência da República. [Consult. 26-12-2022]. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1904.htm)

- BRASIL (2004), Programa Brasil Sem Homofobia. Brasília, Distrito Federal, Ministério da Saúde, [Consult. 07-03-2023]. Disponível em [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf)
- BRASIL (2006), Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, Distrito Federal, Ministério da Educação. [Consult. 26-12-2022]. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh\\_2.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/edh/br/pnedh2/pnedh_2.pdf)
- BRASIL (2009), *Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília, Distrito Federal, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. [Consult. 07-03-2023]. Disponível em <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1006/1/planolgbt.pdf>
- BRASIL (2011), Supremo reconhece união homoafetiva, Brasília, Distrito Federal, Supremo Tribunal Federal, 05/02/2011. [Consult. 23-02-2023]. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&ori=1>
- BRASIL (2013), Conselho Nacional de Justiça, Resolução nº 175 de 17 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. [Consult. 26-02-2023]. Disponível em <https://priscilaaguaiar.jusbrasil.com.br/noticias/111681092/resolucao-n-175-de-14-de-maio-de-2013>
- BRASIL (2018), Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT. Brasília, Distrito Federal, Ministério dos Direitos humanos e Cidadania. [Consult. 07-03-2023]. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt>
- BORGES, Lenise Santana (2014), “Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias...” *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 2, pp. 280-289. [Consult. 26-12-2022]. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200005&script=sci_abstract&tlng=pt)
- COLAÇO, Rita (2009), Operação Sapatão – Richetti. 15 nov. 1980. Memória/História MHBML-GBT. [Consult 11-12-2022]. Disponível em <https://memoriamblogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>
- FACCHINI, Regina (2005), *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Rio de Janeiro, Garamond.
- FEDERICI, Silvia (2019), *O feminismo e a política dos comuns* in Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 379-394.
- GOFFMAN, Erving (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro, LTC.
- GREEN, James N. (2019), *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo, Editora Unesp.
- HEILBORN, Maria . (1996), “Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade social” in Parker, R. e Barbosa R. (orgs.), *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 136-145.
- hooks, bell (2018), *O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks*. Tradução Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, recurso digital, pp 102-106.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2020), “Introdução” in Hollanda H.B (org.), *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 11-34.
- LEJEUNE, Philippe (2008). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.
- LESSA, Patrícia (2021), *ChanacomChana e outras narrativas lésbicas em Pindorama*. Belo Horizonte, Editoras Luas.
- LESSA, Patrícia (2007), *Lésbicas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)*. Tese (Doutorado em Estudos feministas e de gênero). Universidade de Brasília, Brasília. 261 p.
- MACRAE, Edward (2018), *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador, EDUFBA.

- MAHMOOD, Saba (2019), “Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, pp. 121-158.
- MALLIMACI, Fortunato; BÉLIVEAU, “Verónica Giménez. Historia de vida y métodos biográficos” in Gialdino I. V. de (Coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona, Editorial Gedisa, 2006. pp. 175-212.
- MEMÓRIA Lesbiana: há 42 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil (2019), Um Outro Olhar. [Consult.23-02-2023]. Disponível <https://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>
- MOCHEL, Lorena (2020), “Colidindo epistemologias feministas no sex shop de uma favela carioca” in Heloisa Buarque de Hollanda (org.), *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 113-130.
- MORANDO QUEIROZ, Luiz G. (2019), “Vestígios de protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)”. *Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 1, n. 4, pp. 62-76.
- NAVARRO-SWAIN, Tania (2004), *O que é lesbianismo?* São Paulo, Brasiliense.
- NOGUEIRA, Maria L. M.; BARROS, Vanessa A. de; ARAUJO, Adriana D. G.; PIMENTA, Denise A. O. (2017), “O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração”. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 12, n. 2, pp. 466-495.
- PARTIDO DOS TRABALADORES (2020), Conheça o ‘Stonewall’ brasileiro, levante liderado por lésbicas e apoiado por feministas. [Consult. 23-02-2023] Disponível em <https://pt.org.br/conheca-o-stonewall-brasileiro-o-levante-liderado-por-lesbicas-e-apoiado-por-feministas/>
- PRADO, Marco A. M. (2016), “Representação local e política partidária: candidaturas transexuais e travestis no Brasil”. *Sexuality Policy Wacth*. [Consult 29-01-2023]. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/representacao-local-e-politica-partidaria-candidaturas-transexuais-e-travestis-no-brasil/6884>
- PETRONE, Talíria (2019), “Apresentação” in C. Arruzza T. Bhattacharya e N. Fraser (orgs.), *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo, Boitempo, pp. 4.
- PRECIADO, Paul B. (2019), “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’” in Heloisa Buarque de Hollanda, (org.), *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, pp. 421-430.
- RAGO, Margareth (2021), *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, São Paulo, Editora Unicamp.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B (1987), *O poder do macho*. São Paulo, Editora Moderna.
- SEIDMAN, Steven (2004), *Beyond the Closet: The transformation of gay and lesbian life*. New York, Routledge.
- SIMMEL, Georg (1983), “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal” in Evaristo Morais Filho (org.). *Georg Simmel* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, Ática, pp. 165-181.
- STUBS, Roberta; TEIXEIRA-FILHO, Fernando S.; LESSA, Patrícia (2018). “Artivismo, estética feminista e produção de subjetividade”. *Revista Estudos Feministas*, v. 26, n. 2, pp. 1-19.
- SOUZA, Janice (2022), *Vivências lésbicas na cidade de Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 2000: um retrato falado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 226 p.
- TORRES, Carolina (2021), “Movimento lésbico brasileiro”. *Politize!* [Consult. 23-02-2023] Disponível em <https://www.politize.com.br/movimento-lesbico-brasileiro/>
- WITTIG, Monique (2022), *O pensamento hétero e outros ensaios*. Trad. Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte, Autêntica Editora.